

**BAHIANA DE MEDICINA**  
**PROFESSOR: ABDON GUERRA**

**TEXTO 01**

“O educador não pode entender somente de Medicina, ele precisa ter valores. Esse é o que chamamos de professor integral.”

<http://www.pucrs.br/revista/pdf/0140.pdf>

**TEXTO 02**

A educação médica no Brasil tem sido norteadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e as escolas médicas têm transformado seus currículos, buscando novos cenários de ensino-aprendizagem, construindo seus conteúdos de acordo com as necessidades de saúde da comunidade, buscando métodos ativos de aprendizagem e a formação de um médico generalista, ético, crítico, reflexivo e humanista. Neste contexto, as escolas médicas mudaram ou estão em processo de mudança. Assim como elas, docentes e estudantes também vêm mudando sua percepção da formação médica e a da necessidade de ser protagonista neste processo. Temos hoje, um novo cenário de ensino que exige uma docência profissionalizada, que consiga formar um médico competente e cidadão como apontam as Diretrizes Curriculares Nacionais.

[www.cobem2012.com.br/sobre.asp](http://www.cobem2012.com.br/sobre.asp)

**TEXTO 03**

É recorrente, no âmbito da educação médica brasileira em geral e no ensino de bioética, o debate sobre a melhor forma de ensinar ética e bioética, ou mesmo se é possível transmitir esse conhecimento aos estudantes. Há grande preocupação e exigência por parte da sociedade de que a profissão médica conte com profissionais moralmente competentes; porém os estudantes de medicina ainda são treinados apenas para lidar com os aspectos técnicos da profissão, e não com os aspectos éticos e morais. Emergem, assim, conflitos e insatisfações das duas partes, bem como o interesse das universidades em readaptar as estratégias de seus projetos político-pedagógicos (PPP) e sua filosofia educacional, na tentativa de adequar os currículos às novas exigências da sociedade, de modo que essa reformulação esteja voltada para a inclusão de disciplinas de natureza ético-filosófica já a partir da formação básica.

A bioética se insere em contexto mais amplo, pois surge relacionada com as exigências da sociedade que questionam os próprios limites legais da prática, vinculando-se ao exercício efetivo da própria cidadania. Além disso, a bioética distingue-se da visão deontológica por suas características multi, inter e transdisciplinares. A característica principal, quanto ao significado inicial da palavra “bioética” no legado de Van Rensselaer Potter em 1971, foi estabelecê-la como disciplina filosófica<sup>12</sup>. Ainda segundo ele, a bioética avançou como uma nova disciplina que combina o conhecimento biológico com um sistema de valores humanos. Potter, citado por Reich, assim explica a formação do termo “bioética”: Escolhi o prefixo bio para representar o conhecimento biológico, a ciência dos sistemas vivos; e ética para representar o

conhecimento do sistema de valores humanos. Desde então, houve crescente interesse pela fundamentação filosófica da bioética a partir da ética, o que mostra, por um lado, o interesse dos autores do campo da bioética pelos fundamentos éticos e, por outro, o interesse despertado na filosofia especialmente pelas questões éticas e os debates sobre bioética. natureza ético-filosófica já a partir da formação básica.

Ensino de bioética nas faculdades de medicina no Brasil - Waldemar Antônio das Neves Júnior , Laís Záu Serpa de Araújo , Sergio Rego

## PROPOSTA TEMÁTICA

A partir dos textos apresentados e do conhecimento de que o desafio do homem implica educar levando em consideração a integralidade do ser, produza um texto dissertativo-argumentativo posicionando-se sobre a **necessidade de as escolas médicas, sobretudo após o surgimento da Bioética, construírem uma abordagem transdisciplinar e holística sobre os aspectos éticos em saúde, ampliando o projeto das disciplinas de deontologia e ética médica** para a consideração de outras questões que extrapolam simples aplicações práticas de conceitos éticos no campo profissional.

## TEXTOS COMPLEMENTARES

*Tradição e inovação: um desafio para a universidade do século XXI*

### **Evilázio Teixeira**

A educação superior no Ocidente foi desde o seu princípio produto e co-produtora de sua época. Uma espécie de território dos bons desejos e das boas intenções. A universidade nasce no seio da Igreja de forma quase espontânea. Seus primórdios, por exemplo, remontam a uma época em que a religião dominava todas as esferas das relações sociais. Com uma tradição milenar, como o próprio nome expressa, *universitas*, quer dar a entender a convergência de elementos à unidade, quer dizer, a reunião dos estudiosos, intelectuais do saber. No século XV, a universidade se transforma em centro de formação profissional a serviço do Estado, dando a esse também o múnus de ensinar. Durante os períodos entre os séculos XVIII e XIX, a educação era vista como um processo formador das elites de poder e dos funcionários dos Estados nacionais nascentes. A figura emblemática desse modelo é aquela de Napoleão, com uma concepção totalitária que implicava até mesmo a “domesticação das almas”. A partir da metade do século XX atribui-se funções econômicas à educação com as conhecidas teorias do capital humano. A educação vem associada ao desenvolvimento social e econômico. Novas demandas são apresentadas pela sociedade para as Universidades: atuarem como agentes diretos do desenvolvimento econômico e social, além do técnico e científico.

Desde a década de 60 vislumbra-se uma expansão da demanda universitária, fortemente ligada às mudanças demográficas, culturais e políticas desse período, que por sua vez colocaram em xeque o caráter tradicional das universidades, modificando a sua fisionomia. O final do século XX se caracteriza por transformações rápidas e de grande

profundidade, que impactam a vida social e trazem novas diretrizes, que devem assumir a educação superior. Numa sociedade que se caracteriza por ser mais aberta e competitiva, envolta em redes globais de comunicação e com uma acelerada expansão do conhecimento, avançando em direção a novas formas de trabalho, questiona-se o modelo tradicional e o papel da universidade, inclusive, suas formas de operação, vigentes até bem pouco tempo.

Nos últimos anos, tem-se falado muito de *mundialização*. A expressão exerce fascínio ao mesmo tempo que gera repulsa. A realidade é que esse conceito provoca insegurança. Por ele, explicar-se-ia a queda da bolsa de valores nos Estados Unidos, da mesma forma que o desemprego no Brasil. De modo imediato e direto se reconhece, por essa expressão, que o mundo é cada vez mais um só, e que dele todos fazemos parte, querendo ou não.

Algumas posições defendem a tese do caos universal, enquanto outras, a mundialização como processo natural de auto-regulamentação para o necessário aumento da riqueza e a conseqüente sobrevivência da humanidade, dentro dos patamares de consumo já conquistados por uma parcela do planeta. O que se constata é a manifestação de uma nova configuração da economia mundial marcada pela passagem de um sistema regulado pelos Estados para um sistema regulado pelos mercados.

Numa época de globalização, em que da conectividade das nações resulta a brusca mudança de rumos, de políticas públicas e de cenários econômicos, faz-se indispensável entender o papel do desenvolvimento local, sempre realizado com as características de sustentabilidade, exigidas pela sociedade da informação e do conhecimento.

O início do século XXI trouxe consigo a reiteração de uma velha aspiração: a de que os complexos problemas econômicos, políticos e culturais das sociedades contemporâneas podem ser resolvidos através da educação e, de modo especial, pelas instituições de educação superior. Nesse cenário, vislumbra-se um crescimento significativo nas relações entre os diversos atores envolvidos no processo de produção e utilização do conhecimento científico, de modo especial entre empresas e universidades, o que refletirá na mudança profunda das relações entre Governo, Empresas e Academia.

Numa sociedade baseada na globalização e no conhecimento, a cooperação entre as universidades e o setor produtivo torna-se uma tarefa cada vez mais necessária. Se de um lado as relações entre a indústria e a universidade encontram defensores apaixonados e também críticos não menos ferrenhos, de outro lado, trata-se de um processo inexorável que tem raízes em transformações econômicas e sociais profundas que afetam e fogem ao controle de ambos os grupos. Experiências nacionais e internacionais bem sucedidas nesse campo demonstram que o diferencial de competitividade de diversas regiões baseia-se nessa aliança consistente entre o mundo gerador do conhecimento e o mundo da produção.

Frente a esses novos desafios, uma educação superior eficaz e coerente com as novas demandas sociais, culturais e laborais implicará que as universidades cultivem definitivamente a sua vocação científica e humanista. Podemos caracterizar três processos, talvez os mais importantes, em nível mundial; a globalização, a revolução científico-tecnológica, e a redefinição do papel do Estado. Juntamente com esses três processos, podem-se agregar outros cinco processos fundamentais que estão transformando a educação superior:

1º A aplicação tecnológica à vida acadêmica, numa sociedade sustentada no conhecimento e no saber, o avanço de novas tecnologias propiciam as mudanças quantitativas e qualitativas no âmbito da educação superior. Novas investigações e recentes descobrimentos científicos ocupam o ciberespaço e unem laboratórios,

professores, investigadores e estudantes. A rede global internet é utilizada amplamente em videoconferências e para consulta de livros e revistas eletrônicas, o que amplia enormemente a possibilidade de agilizar a busca de informação e dispor da mesma.

2º A mobilidade real e virtual de estudantes e professores, as tendências educativas no início do novo século se orientam em direção a uma crescente internacionalização do ensino superior e a preparação de futuros profissionais sem fronteiras. A tendência é a de se ampliar significativamente as possibilidades de cursar matérias, concluir carreiras ou realizar cursos especializados e pós-graduação em outras instituições universitárias nacionais ou estrangeiras.

3º Pelo imperativo de uma educação permanente, hoje, no momento histórico que estamos vivendo, a riqueza dos países se mede pela geração, acesso e avanço do conhecimento. O grande futuro das universidades consiste em apostar numa educação das pessoas ao longo de suas vidas. A formação permanente e integral consiste, portanto, no pilar central da inserção exitosa dos cidadãos na sociedade do conhecimento, que supõe um processo integral e contínuo de formação, sem limitações de idade.

4º A questão do mundo do trabalho – da empre-gabilidade, a educação superior deverá incorporar dinamicamente as rápidas transformações das bases científicas e os avanços tecnológicos, integrando no processo formativo as mais modernas práticas que vão incorporando o mundo laboral.

Aqui se coloca o desafio para que formandos e egressos assumam a função de não apenas buscar trabalho, mas criar trabalho.

5º O novo papel de professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Quer dizer, o conhecimento tenderá a criar indivíduos autônomos, que saibam conviver em liberdade. Os professores devem passar de uma concepção de “transmissores de conhecimento” para o de “condutores de alunos”, orientando o seu trabalho de modo a ser tutor e guia ao estudante. Ensinar, portanto, se converterá na arte de desenhar situações que suscitem o interesse e comprometam a atividade mental dos alunos.

As Universidades se encontram com uma série de tensões e futuros possíveis. Existe uma combinação de forças e processos, provenientes de diversos âmbitos que estão impactando a dinâmica universitária. Entre elas o complexo processo de globalização – que desde diversos ângulos, e não somente o econômico, ameaça e desafia os sistemas nacionais de educação superior, desencadeando um processo de mercantilização que afeta e distorce a maioria das instituições superiores, tanto em seus fins e propósitos como em sua oferta educativa e forma de operação.

Vivemos na idade da técnica, de cujos benefícios usufruímos em termos de bens e espaços de liberdade. Somos mais livres do que homens primitivos porque dispomos de mais campos de atuação. Na facilidade com que utilizamos os instrumentos e serviços que encurtam o espaço e o tempo, amenizam a dor.

## Texto 02

A **Bioética** é um ramo da ética que estuda os conflitos, controvérsias, pesquisas e práticas que visam esclarecer e resolver questões éticas dentro da medicina e da biologia. O seu surgimento foi baseado no impacto, por exemplo, das experiências feitas em seres humanos e animais e a utilização de técnicas desumanas como a clonagem.

O termo foi utilizado pela primeira vez na década de 70 pelo professor e pesquisador norte-americano Van Rensselaer Potter, no livro 'Bioética: Ponte para o Futuro' e significava a conduta da sociedade como participante da evolução cultural e biológica. Hoje esse conceito é bem diferente.

Esse tema ganhou maior destaque quando os cientistas decifraram o **código genético humano**, considerando a responsabilidade dos cientistas com relação as suas pesquisas e práticas. Os temas mais polêmicos dentro dessa área são a **eutanásia**, os **testes em animais**, o **aborto**, a **fertilização in vitro** e a **clonagem**.

Esses temas surgem devido aos avanços da ciência e é papel da sociedade ter uma posição sobre eles, pois a partir desses debates, novos projetos de lei são reformulados e aprovados, devendo os legisladores observarem sempre a bioética.

Esses experimentos e descobertas podem beneficiar ou não a sociedade e o planeta, e por isso, essas questões devem ser avaliadas por um comitê que analise as desvantagens e vantagens da utilização dessa nova tecnologia. O comitê é formado por profissionais de diversas áreas como direito, filosofia, teologia, medicina, veterinária, sociologia, etc.

Cinco princípios da Bioética:

1. **Princípio da Beneficência:** consiste em assegurar o bem estar dos indivíduos, afim de evitar danos e garantindo que sejam supridas suas necessidades e interesses.
2. **Princípio da Autonomia:** o profissional deve respeitar as crenças, a vontade e valores morais do sujeito e do paciente.
3. **Princípio da Justiça:** igualdade da repartição dos benefícios e bens em qualquer área da ciência.
4. **Princípio da Não Maleficência:** assegura a possibilidade mínima ou inexistente de danos físicos aos sujeitos da pesquisa (pacientes) de ordem psíquica, moral, intelectual, espiritual, cultural e social.
5. **Princípio da Proporcionalidade:** defende o equilíbrio entre os benefícios e os riscos, sendo maior benefício às pessoas. O objetivo de estudo da bioética é a criação de uma ponte entre o conhecimento científico e humanístico, a fim de evitar os impactos negativos sobre a vida.

TEXTO 03

### **Multidisciplinaridade – Cada um no seu quadrado**

A multidisciplinaridade ocorre quando há mais de uma área de conhecimento em um determinando projeto ou propósito, mas cada uma destas disciplinas mantém seus métodos e teorias em perspectiva. Serve para resolver problemas imediatos e não possui foco na articulação e nos ganhos colaborativos.

É o que acontece comumente nas escolas seriadas brasileiras: se em História se estuda a história americana, na aula de Educação Física pode-se estudar os esportes praticados

nos Estados Unidos que não são praticados no Brasil e em geografia a economia pós-Guerra Fria e seus impactos na economia americana – veja que não há relação entre as disciplinas.

### **Interdisciplinaridade – Com o mesmo propósito**

Neste caso, mais de uma disciplina se une em um projeto comum, com um **planejamento** que as relacione. Durante o processo, estas áreas trocam conhecimentos e enriquece ainda mais as possibilidades. Como resultado, há um novo saber, menos fragmentado e mais dinâmico. Esta visão dá significado à experiência escolar.

Um exemplo disso pode ser um projeto com tema sustentabilidade, aplicado sob a óptica interdisciplinar: na escola, o **professor** de matemática pode explorar as formas de reduzir o consumo doméstico energético, como uma pesquisa do consumo; o professor de ciência pode propor uma pesquisa sobre meios energéticos mais ecológicos; o professor de geografia pode abordar os impactos econômicos e sociais em um mundo com e sem as práticas sustentáveis, o professor de Língua Portuguesa pode ensinar a elaborar uma redação dissertativa-argumentativa sobre os conhecimentos aprendidos, discutindo exemplos, justificativas, citações, argumentos, etc. – tudo em um projeto construído em comum, com um propósito único.

### **Transdisciplinaridade – Conhecimento sem fronteiras disciplinares**

Há quem diga que a transdisciplinaridade é uma utopia. Mesmo assim, é defendida por muitos filósofos e pensadores, como Edgar Morin, por exemplo, que defendia um novo modo de pensar e conceber as práticas educativas, para além das disciplinas e do **método cartesiano**. O primeiro pensador a falar em transdisciplinaridade, no entanto, foi Jean Piaget (1896-1980).

Trata-se de um nível bem superior e complexo de integração contínua e ininterrupta dos conhecimentos tal como conhecemos hoje. Neste caso, não há mais disciplinas segmentadas, mas o propósito da vida e do conhecimento é a relação complexa dos **diversos saberes** sendo que nenhum é mais importante que o outro. É um processo dialógico onde as relações disciplinares não estão mais em foco, não são mais importantes.

Algumas escolas de orientação holística já propõem práticas transdisciplinares. Ainda é algo muito recente e inovador e há dificuldades conceituais para aplicar a transdisciplinaridade, por exemplo, nas escolas brasileiras, que são seriadas, segmentadas e com forte apelo tradicional, apesar de que muitas iniciativas interdisciplinares têm sido propostas nas últimas décadas.

## **Texto 04**

### ***O que é Deontologia:***

Deontologia é uma filosofia que faz parte da **filosofia moral contemporânea**, que significa **ciência do dever e da obrigação**.

A deontologia é um tratado dos deveres e da moral. É uma teoria sobre as escolhas dos indivíduos, o que é moralmente necessário e serve para nortear o que realmente deve ser feito.

O termo deontologia foi criado no ano de 1834, pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, para falar sobre o ramo da ética em que o objeto de estudo é o fundamento do dever e das normas. A deontologia é ainda conhecida como "Teoria do Dever".

Immanuel Kant também deu sua contribuição para a deontologia, uma vez que a dividiu em dois conceitos: razão prática e liberdade.

Para Kant, agir por dever é a maneira de dar à ação o seu valor moral; e por sua vez, a perfeição moral só pode ser atingida por uma livre vontade.

A deontologia também pode ser o conjunto de princípios e regras de conduta ou deveres de uma determinada profissão, ou seja, cada profissional deve ter a sua deontologia própria para regular o exercício da profissão, e de acordo com o Código de Ética de sua categoria.

Para os profissionais, deontologia são normas estabelecidas não pela moral e sim para a correção de suas intenções, ações, direitos, deveres e princípios.

O primeiro Código de Deontologia foi feito na área da medicina, nos Estados Unidos.

## TEXTO 05

Nas escolas destinadas à formação do médico, comumente se pratica um ensino tradicional, voltado para aquisição de conteúdos e capacidades que enfatizam apenas os aspectos físicos da doença, sem fazer qualquer referência aos aspectos culturais e socioeconômicos que constituem o sujeito e a maneira como ele percebe a própria enfermidade que o acomete. O ensino médico, pode-se afirmar, “falha no seu objetivo primordial de promover a formação clínica e humana do médico, de modo que os princípios básicos da medicina começam a ser abandonados precocemente”

(Galizzi Filho, 2002:111).

Entretanto, é preciso considerar que a condição ou a qualidade do ensino médico insere-se no quadro mais amplo da crise da saúde, educação e universidade, pois conforme assevera Almeida (1999:124) “o processo de produção de médicos não é um processo isolado, relaciona-se intimamente à estrutura econômica, determina, como acontece com todos os demais componentes da sociedade, a importância, o lugar e a forma da medicina na estrutura social”. De tal modo que, a escola acaba refletindo a crise geral e reproduz, muitas vezes, as deficiências e injustiças do sistema político e econômico.

Por sua vez, as mudanças no mundo do trabalho passaram a demandar uma nova formação intelectual e uma nova relação com o conhecimento, pois a escola para maioria da população é o único meio de acesso ao trabalho e à vida digna. Entretanto, ao mesmo tempo em que essas mudanças ocorrem, apontando para um novo modelo político-pedagógico que assegure o acesso à educação como garantia de cidadania,

apresenta-se também uma realidade contundente: a redução dos postos formais de trabalho assalariado, que inviabiliza a efetiva realização dos direitos sociais.

As diretrizes políticas educacionais refletem, portanto, a necessidade de acolher novas abordagens e perspectivas destinadas à formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, com competências e habilidades específicas, atribuindo nova responsabilidade à educação e às escolas de medicina, conforme assinala Tapajós (2002:30):

A Educação Médica passa, então a ter de se preocupar em formar médicos detentores não somente de técnica impecável, como também cuidadores humanizados, sensíveis, preparados para lidar consigo e com seus pacientes, tarefa que exige trabalhar com os mais diversos valores inseridos em complexos contextos históricos, culturais e sociais.

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de medicina estabelecem que a comunicação é uma das competências gerais a serem desenvolvidas e reforça que os currículos devem contemplar as ciências humanas e sociais, referindo-se especificamente a conteúdos que envolvam a comunicação.

Considerando que a saúde é um direito fundamental, sustentado por uma estrutura sensível à atribuição de valor ou de avaliação construídos pelo homem histórico e social; que na organização social e do Estado existem ideias e valores dominantes e instituições que incumbidas de difundi-las, podemos compreender que a humanização e a qualidade nos serviços de saúde podem assumir variados sentidos e significados, mas certamente a comunicação permeia o processo de humanização das práticas médicas. Então, o ensino da relação entre médico e paciente se constitui num grande desafio para as escolas de medicina e para os currículos, mas que precisa ser enfrentado de modo sistematizado, com a aproximação de áreas do conhecimento que possibilitam a aquisição de habilidade para a comunicação eficiente.

*Comunicação e Humanização: a reconstrução do relacionamento médico – paciente como critério de qualidade na prestação de serviço*

**Maria Rosana Ferrari Nassar** (Doutora em Ciências da Comunicação - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP.)